

# Partidos querem definir receita para a Saúde

**Raimundo Rocha**

A área da Saúde poderá ter participação definida na receita de impostos de todo o Poder Público, a exemplo do que foi estabelecido na Constituição para a área de Educação. Esta é uma das principais mudanças que estão sendo discutidas e preparadas pelos partidos políticos e entidades não-governamentais para a Saúde na revisão constitucional. Alguns partidos, como o PFL, pretendem avançar ainda mais abrindo caminho para a definição de um percentual individualizado de pessoa física e jurídica já na arrecadação, para evitar que os recursos se percam em outras áreas.

O objetivo da mudança, como defendem os parlamentares com atuação nessa área, é garantir a vinculação da receita porque o atrelamento da Saúde ao orçamento da Seguridade Social vem resultando em prejuízos para o Sistema Único de Saúde (SUS). "Não é mais possível atrelar esse financiamento, que tem se mostrado insuficiente e particularmente instável, com relação ao repasse, já que, por lei, os benefícios são prioritários, obtendo sempre a preferência dos recursos da Seguridade Social", justifica o deputado Jofran Frejat (PFL-DF), que coordena os tra-

balhos do partido para a revisão nessa área.

Levantamentos do partido indicam que alguns estados e municípios aplicam menos de cinco por cento de seus orçamentos em Saúde e a União dedica do seu Orçamento geral menos de cem dólares por habitante ao ano. Além disso, o veto do presidente Itamar Franco derrubou o artigo 45 da Lei de Diretrizes Orçamentárias que permitia o repasse de 30 por cento dos recursos da Seguridade Social para a Saúde. Sem esse percentual definido, os argumentos pela vinculação de receita para o setor tendem a ser mais fortes, e serão apoiados pela justificativa de que o Estado está privatizando empresas e por isso deverá assumir de fato as obrigações básicas, como educação, segurança e a própria saúde.

Alguns partidos, como o PFL e até o PT, já praticamente fecharam questão em relação ao índice de vinculação da receita para a Saúde. O PFL quer que a União aplique nunca menos de 18 por cento e os estados e municípios 15 por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos. O PT defende a aplicação de dez por cento tanto pela União, como pelos estados e municípios. O PSDB e o PPR também estão fechando propostas nesse sentido.